

ASSIMETRIAS TERRITORIAIS CONTRIBUTO TEÓRICO DE CARÁCTER PROSPECTIVO E ÂMBITO GENÉRICO¹

Marcos Olímpio Gomes dos Santos²

ÍNDICE

Introdução.....	1
Factores de exclusão das regiões.....	1
Factores de localização das actividades económicas nas regiões consideradas atractivas.....	5
Condições endógenas para o desenvolvimento das regiões.....	7
Condições endógenas necessárias para o desenvolvimento dos locais.....	14
Condições endógenas necessárias para o desenvolvimento de um país.....	20
Características genéricas dos sistemas territoriais ganhadores.....	21
O quadro global provável.....	24
Conclusões.....	30
Bibliografia.....	31

Évora

29/07/2011

¹ Documento em aberto (*living document*), adaptado a partir da tese de doutoramento do autor, susceptível de ser reformulado por sugestão dos leitores ou devido a recolha de informação adicional.

² Sociólogo. Membro do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (Universidade de Évora).

INTRODUÇÃO

A problemática das assimetrias entre territórios tem vindo a ser objecto de debate desde há vários anos. Esta importante questão é levantada neste texto, com a menção a vários autores que têm apresentado os seus contributos para explicação e compreensão da realidade observada e que dificilmente se altera.

São assim abordados no presente texto pontos como os seguintes: Factores de exclusão das regiões

1. FACTORES DE EXCLUSÃO DAS REGIÕES

Qualquer sistema territorial estará numa situação de exclusão, (ainda que consiga estar em melhores circunstâncias em termos absolutos), se for arredado do acesso ao saber fazer (*know-how*) (mesmo que se verifique o aumento da rapidez na difusão das inovações), encontrando-se sempre dependente da lógica mais conveniente aos pólos dominantes do sistema nacional ou supra-nacional, enquanto o actual e tendencial relacionamento entre países, empresas, regiões, cidades e grupos sociais continuar a reger-se pelas normas (assimétricas) correntes na economia internacional. (CASTELLS, 1985; THWAITES e ALDERMAN, 1994)

Nesta perspectiva, a exclusão de regiões (ou de sub-regiões, ou mesmo de países) que se processa actualmente e tende a ocorrer no futuro, está associada a um processo que se prende com a parcelização do processo de produção, como resultado da aplicação de alta tecnologia a todos os ramos da produção industrial, (nomeadamente, mas também da desigual distribuição dos serviços às empresas), originando a tendência para localização das operações económicas mais importantes num número restrito de áreas, (e implantação oportunística das operações de rotina dentro dum leque de escolhas muito amplo),³ incluindo fábricas totalmente automatizadas mais próximas da sede social das grandes empresas, situação reforçada por um lado pela importância crescente do trabalho profissional especializado, e por outro lado pelo decréscimo da importância do trabalho não qualificado, na reorganização da produção de alta tecnologia.

Emerge assim uma diferente hierarquia de localização entre: i) por um lado, zonas de pesquisa e de projecto, com tendência para a concentração (das unidades de decisão em poucos postos de comando da economia internacional), e ii) por outro lado operações de fabrico, com tendência para a dispersão, disseminadas no novo espaço de produção global. Fenómeno que ocorre no processo de consolidação duma nova divisão espacial do trabalho.

³ O que dá origem ao denominado síndrome da “economia das sucursais”, nos locais que se vêem relegados para o papel de receptáculos de ramificações das grandes (e mesmo de algumas médias) empresas.

Verifica-se portanto o reforço da polarização espacial entre sectores⁴ em diferentes regiões (e áreas metropolitanas), relacionado com o aumento da diferenciação intersectorial, e com a distância entre as áreas espaciais associadas a cada sector económico, em consequência do fluxo dos investimentos (por exemplo, no ramo automóvel) e à canalização do capital para os recompensadores subsectores da alta tecnologia.

Consolida-se desta forma a implantação duma nova estrutura de dependência internacional (e não apenas de interdependência) entre países, empresas, regiões, cidades e grupos sociais, decorrente do desenvolvimento do papel estratégico dos sectores de alta tecnologia na economia internacional.

A alta tecnologia torna possível, e acelera, a internacionalização do processo de exclusão de países e de regiões, pelo menos a dois níveis:

a) Facilitando a divisão espacial do trabalho devido quer à tecnologia do transporte, quer ao pouco “peso” de muitos das componentes informáticas, cada vez mais importantes no valor dos produtos em «alta tecnologia»;

b) Estandardizando em larga escala os componentes da maioria das actividades de produção industrial e a sua recombinação, no local considerado mais conveniente, situação possibilitada pelo processo de automação e pela precisão crescente dos instrumentos mecânicos (sobretudo calculadoras e robotização do fabrico em série).

Este processo caracteriza-se principalmente por traços tais como: i) o aparecimento de um espaço de fluxos em detrimento dum espaço de locais, fomentado pela lógica organizativa das empresas multinacionais; ii) a criação duma rede de serviços tecnicamente avançados, duma infra-estrutura material, dum conjunto de facilidades de comunicação e mesmo dum meio social que deverão estar associados aos centros de prestígio das maiores áreas metropolitanas do mundo, decorrente das necessidades inerentes ao alcance global das empresas; iii) o papel da alta tecnologia antes de mais, como um novo processo de produção e de gestão.

O aparecimento e alteração (com alguma frequência) duma paisagem socioeconómica de geometria variável, que se vai desenhando no espaço, é então devido às consequências das estratégias implementadas pelas empresas multinacionais e pelos estados «desenvolvimentistas», “neste processo cidades e regiões específicas perdem cada vez mais o controlo do seu próprio destino, e o seu significado histórico e social tende a ser dissociado dos seus resultados económicos e do seu papel funcional.” (CASTELLS, 1985, p. 121).

⁴ Por exemplo, nos EUA., dado que as exportações de produtos industriais decresce e as suas importações aumentam, as indústrias tradicionais são cada vez mais atacadas pela concorrência internacional

Como tal, os sistemas territoriais são atingidos por uma mudança acelerada, determinada por actores económicos cuja dimensão e transnacionalização lhes permite evitar pressões sociais e controlos políticos, situação favorecida pelo processo de internacionalização e pela alta tecnologia, e onde em termos da gestão do território, a experiência de actividades, culturas e políticas localmente baseadas, é ultrapassada pela abstracção de um espaço de decisões estratégicas.

Neste processo, como se viu anteriormente, ocorre a concentração num número reduzido de metrópoles, do crescimento de serviços empresariais avançados (e das respectivas sedes), em consequência da concentração do poder económico a nível mundial nas mãos de uma centena de grandes empresas, consolidando a formação das chamadas «cidades mundiais» (e da respectiva hierarquia), devendo neste processo ser salientado o papel crucial das comunicações na formação dessas cidades mundiais e, vice-versa, a estruturação cumulativa de redes de comunicação em torno dos eixos de comunicação que essas cidades vêm a representar (CASTELLS, 1985). Observa-se deste modo a perda de autonomia de cidades e regiões, em benefício dos actores económicos a nível mundial os quais passam a deter o controlo das actividades dessas cidades e regiões, à luz duma lógica global, desconhecida e não controlada pelas comunidades regionais e locais que se encontram privadas de poder contrariar essa situação para si gravosa.

Paralelamente tem lugar a tentativa constante da prevalência das comunicações e das decisões referentes a informações ou símbolos (dinheiro, por exemplo) sobre significados culturais relacionados com uma localidade específica (que procura quase sempre resistir à homogeneização), e sobre a expressão de processos sociais, na medida em que a lógica das organizações de grande dimensão adequa-se perfeitamente a uma forma espacial desenraizada das especificidades históricas, acomodando-se permanentemente a novas informações e instruções recebidas de acordo com a posição de cada local numa rede de trocas. (CASTELLS, 1985).

Depreende-se do exposto que a afirmação dos sectores de alta tecnologia como elementos económicos decisivos (e não meramente técnicos), é um dos factores decisivos na nova competição mundial pela prosperidade, informação e poder (dos países e das regiões), fenómeno este ilustrado pela concorrência da electrónica que se verifica actualmente entre as empresas japonesas e americanas, ou ainda pela luta global pelo domínio dos sistemas de telecomunicações.

A emergência desta nova divisão territorial do trabalho, associada ao crescimento polarizado e ao dinamismo económico selectivo, induzida pelo novo modelo de crescimento capitalista, reflecte-se na dependência internacional, nas clivagens inter-regionais, no dualismo inter-metropolitano e simultaneamente no apogeu de algumas cidades e regiões, e no declínio de outras cidades e regiões.

Para além da desigual distribuição espacial da alta tecnologia, também a assimétrica localização de serviços, nomeadamente os comercializáveis de apoio à produção, contribuem para a exclusão de algumas regiões (FERRÃO, 1991; DANIELS, 1994).

As alterações no perfil quantitativo (expansão ou contracção) e qualitativo (pessoal qualificado ou pessoal não qualificado) do emprego, a reorganização ou alteração da divisão da força de trabalho, a dimensão das empresas, as decisões de implantação tomadas pela concorrência e o grau de utilização das tecnologias de informação, constituem factores que influenciam os comportamentos locativos dos serviços às empresas (DANIELS, 1994).

Mas mais especificamente, consta-se por um lado que “os serviços mais especializados e inovadores, que exigem uma relação estreita e directa com o cliente e um mercado de trabalho qualificado e flexível, concentram-se em áreas onde possam beneficiar de economias de aglomeração: os principais centros urbanos apresentam-se, nestes casos, como o modo de organização territorial mais favorável ao tipo de requisitos exigidos.” (FERRÃO, 1991, p. 838)

Por outro lado “os serviços mais rotinizados (e portanto mais sensíveis a estratégias de redução de custos salariais), onde o contacto directo com o cliente não é decisivo (tratamento informático de grande volume de dados, por exemplo) ou que são desenvolvidos por empresas com menor capacidade de fazer face a rendas e preços do solo elevados, tendem a localizar-se em áreas não urbanas, desde que servidas por boas redes de transportes e comunicações.”

Os serviços mais inovadores e estratégicos continuarão a situar-se nas principais aglomerações urbanas, ou «cidades globais» (porque fortemente internacionalizadas), e que funcionam em intensa interacção (concorrência e cooperação);

Os serviços de apoio às actividades económicas (serviços financeiros e consultadoria técnica de nível médio, etc.), e às populações (administração pública, ensino, saúde, etc.), existentes numa região, continuarão a situar-se em centros urbanos (que independentemente da dimensão que detêm, acolhem de centros de decisão), cuja internacionalização é reduzida ou mesmo nula e, quando tem lugar, consiste quase sempre em situações de dependência em relação ao exterior (importação de produtos e serviços, por exemplo);

Os serviços em expansão sustentável, de apoio às empresas, dinamizados por um tecido produtivo especializado e competitivo, primeiro ao nível nacional e, seguidamente ao nível internacional, continuarão a situar-se em aglomerações (de que constituem exemplo algumas médias e mesmo pequenas cidades italianas) que têm evoluído do estatuto de centros especializados em determinados produtos industriais, como por exemplo o vestuário, para o estatuto de pólos de inovação

mundial em serviços de apoio a essas actividades (comercialização, moda, design, etc.).

Assim sendo, o combate à exclusão por parte das regiões (das empresas ou das nações) preteridas no processo de histórico passa(rá) então:

a) Pela premência no acesso à alta tecnologia e na sua implementação nas fábricas, escritórios, serviços públicos e sistemas de comunicação numa região, de acordo com a sua especificidade (THWAITES, 1978; THWAITES e ALDERMAN, 1994), a fim de se obter uma posição concorrencial numa economia cada vez mais aberta, internacionalizada e competitiva; (CASTELLS, 1985; BERGER, 1994);

b) Pelo reforço quer do investimento na produção de alta tecnologia,⁵ dimensionada e adaptada às realidades locais e regionais,⁶ enquanto acelerador das vantagens competitivas regionais, quer na conquista de mercados para os seus produtos (em procura crescente), como elementos-chave na estratégia de afirmação particular na economia internacional, uma vez que a internacionalização da economia reforça o crescimento e a importância das actividades de alta tecnologia;

c) Pela qualificação, especialização, interacção e internacionalização, enquanto “componentes indispensáveis para sustentar de forma duradoura situações territorialmente bem sucedidas, cruzando «espaços de lugares» e «espaços topológicos», estruturas hierarquizadas e organizações em rede, concorrência e complementaridade.” (FERRÃO, 1991, p. 836)

2. FACTORES DE LOCALIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS NAS REGIÕES CONSIDERADAS ATRACTIVAS

Num quadro como o anteriormente descrito, as regiões preferidas pelas empresas para localização das respectivas actividades económicas, encontram-se associadas aos seguintes factores considerados já clássicos:

- a) Qualidade da disponibilidade de mão-de-obra;
- b) Infra-estruturas adequadas (transportes, telecomunicações, etc.);
- c) Nível de qualidade de vida e de factores pessoais;
- d) Proximidade de mercados atractivos;
- e) Afinidade cultural;⁷

⁵ Produção efectuada a partir da investigação realizada nas Instituições de Ensino Superior, e motivada também pelo reforço dos laços entre as Instituições de Ensino Superior e as empresas comerciais.

⁶ A fim de evitar que as Regiões Menos Favorecidas “só beneficiem dos novos processos de mudança tecnológica como receptoras dos seus resultados, ou seja, como importadoras de produtos e serviços não como geradoras de novas tecnologias, com todo o potencial de criação de riqueza que lhes está associado.” (DANIELS, 1994, p. 132).

⁷ Será por exemplo o caso do idioma comum ou muito semelhante, factor que bastante tem beneficiado a Irlanda, devido a partilhar esse património com a Inglaterra e os EUA.

- f) Políticas de incentivos oferecidos;
- g) Existência de outras empresas em domínios semelhantes de actividade ou efeito aglutinador.

A necessidade sentida e a vontade expressa por parte de empresas que procuram situar-se próximo de empresas com actividades semelhantes, prevalece e prevalecerá em muitas decisões de localização, conferindo uma particular importância a este efeito aglutinador, que se identifica com o conceito de efeitos de aglomeração.⁸

Obter ou manter uma parte compensadora do mercado, constituirão motivações com incidências na decisão de localizar ou relocalizar. Face a tal situação, um vasto mercado como é o mercado único parece ser assim especialmente importante, na reorganização, sob o ponto de vista geográfico, das actividades das empresas.

Neste processo a capacidade de atracção de uma região (na União Europeia em particular), encontra-se estreitamente ligada à capacidade de atracção do Estado-Membro a que pertence, pelo que se pode afirmar que a selecção do país precede a selecção da região. Só numa minoria de decisões a região é seleccionada directamente pelos seus próprios méritos.⁹

Será portanto a conjugação dum conjunto específico de características inerentes a uma região de acordo com os critérios definidos pela empresa, que a incluirá na lista das suas preferências. Somente num reduzido número de casos, a decisão será tomada com base num único factor.

As localizações com menores custos não colhem preferência generalizada, pesando em contrapartida, como se viu, outros factores que têm quase sempre associados custos mais elevados tais como a mão-de-obra de boa qualidade, e a proximidade de mercados, o que significa portanto que os factores relacionados com os custos directos nem sempre são os mais decisivos nas decisões de localização.

⁸ Tal é por exemplo, o “caso das empresas industriais que consideram ter mais escolha no que diz respeito a fornecedores de componentes e serviços de manutenção especializados em áreas onde são fabricados produtos semelhantes ... os fornecedores de componentes preferem também estabelecer-se perto de empresas similares, tanto devido ao fornecimento de mercadorias intermédias como pelo acesso aos principais clientes.” (CE, 1994, p. 84)

⁹ Veja-se a propósito as declarações de Volker Müller, administrador da Siemens em Portugal; “Começamos a falar em Portugal no início do ano como localização da fábrica, depois da avaliação de 26 países. Portugal foi o primeiro num conjunto grande de factores ... a última parte foi a compra de terrenos. Aqui é conhecida a história. Da mesma maneira que foi avaliado o país, escolhemos a localização e decidimos por Vila do Conde. É importante que se diga que não há uma razão em concreto para dizer que é Vila do Conde ‘por isto’ ou Maia ‘não é por aquilo’. Há um conjunto de razões...” [“Volker Müller, administrador da Siemens, e a localização da nova fábrica” in *Público*, ano 7, nº 2367, de 2/9/1996 (entrevista de Lurdes Ferreira)].

As regiões mais próximas dos centros económicos dos países do centro continuarão a beneficiar da sua situação privilegiada,¹⁰ embora outras regiões possam contrariar essa vantagem através de um menor congestionamento, uma melhor qualidade de vida, custos inferiores, incentivos financeiros, etc., situação que se aplica especialmente a regiões situadas não muito longe desses centros

No entanto “futuramente as vantagens em termos de custos das regiões ‘periféricas’ poderão diminuir à medida que uma maior integração económica levar à harmonização das condições macroeconómicas e a pressões para um aumento de salários.” (CE, 1994, p. 85). Degradar-se-ão assim alguns dos trunfos detidos por estas regiões, que face a tal panorama se encontrarão colocadas perante a necessidade imperiosa de corresponder a crescentes solicitações, para favorecerem ainda mais as condições requeridas, que já oferecem para a implantação no seu território de actividades baseadas em conhecimentos específicos, a fim de aí conseguirem manter ou aumentar a respectiva capacidade de atracção sobre capitais, que se movem com relativa facilidade nos espaços nacionais e no espaço internacional.

Face a este panorama, a verdadeira questão estratégica para o desenvolvimento das regiões, em especial para as que se assemelham ao Alentejo, assenta “na sua capacidade endógena de iniciativa e de negociação com o exterior, por forma a evitar, quer o fechamento sobre si própria, quer a permissividade à dominação pelas regiões desenvolvidas. Esta capacidade pressupõe competências capazes de seleccionar do exterior o que lhe for mais conveniente para valorizar os seus recursos internos.”¹¹ (OLIVEIRA, 1996, p. 21)

3. CONDIÇÕES ENDÓGENAS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES

Face aos condicionalismos apontados nos dois pontos anteriores, o desenvolvimento das regiões da UE dependerá nos próximos 13 anos, de acordo com A. COVAS (1995, pp. 17-18), dos factores abaixo indicados, que o autor considera como decisivos para um bom funcionamento futuro e actual duma lógica

¹⁰ O que significa que é muito provável que as sedes de multinacionais e os serviços financeiros especializados continuem a localizar-se em regiões centrais.

¹¹ Há assim que ter atenção, por exemplo, que embora a capacidade de atracção de investimento exterior seja importante, o tipo de investimento não é neutro nas consequências para o desenvolvimento da região pois pode: i) ter, ou não, efeitos de arrastamento e articulação com a cadeia produtiva dos sectores já instalados; ii) promover a instalação de outros segmentos, iii) criar mais ou menos empregos, iv) mobilizar trabalhadores mais ou menos qualificados. (OLIVEIRA, 1996)

mais territorial, e que portanto garantem a manutenção e o desenvolvimento das vantagens competitivas regionais, numa lógica de mercado único:

- a) A investigação e o desenvolvimento tecnológico;
- b) Os serviços avançados do terciário superior;
- c) A capacidade empresarial e de risco;
- d) O auto-financiamento regional;
- e) A qualificação dos recursos humanos;
- f) As modernas formas de organização comercial e de gestão do produto.

Numa óptica próxima salienta-se também uma pluralidade de factores tais como:

- a) Capacidade empresarial regional/local, (incluindo o acesso ao sistema bancário);
- b) Redes de inovação e de cooperação dos agentes da área (e sua ligação a naturais da zona que exerçam a sua actividade noutras regiões);
- c) Capital humano, (aperfeiçoado através de acções de educação e formação profissional);
- d) Mecanismos de apoio especial ao investimento produtivo;
- e) Dotação em infra-estruturas económicas, (com especial relevância para as telecomunicações e os transportes);
- f) Redes de comercialização e marketing das produções da zona;
- g) Infra-estruturas para prestação de serviços sociais (tanto quanto possível geridos localmente);
- h) Ambiente preservado (quer como factor de qualidade de vida e, quer como bem económico).

Estas grelhas constituem assim uma primeira abordagem aos factores/tópicos cuja amplitude e dinâmica permitirão muito provavelmente até 2010, e permitem actualmente avaliar o grau atingido pela dimensão objectiva do desenvolvimento regional.

É porém (CUADRADO ROURA, 1994, pp. 18-21) que traça com mais detalhe o perfil das regiões ou sub-regiões que serão e são competitivas,¹² evidenciando alguns elementos e pontos em comum que embora possam não atingir o nível mais elevado em todas essas áreas territoriais, estão sempre presentes em qualquer um dos casos por si estudados, e por conseguinte afiguram-se como muito determinantes para o respectivo êxito, como sejam:

1) Dotação em infra-estruturas de comunicações, vias rodoviárias, ligações aéreas nacionais e internacionais, rede avançada de telecomunicações, factores estes que se conjugados com vantagens locativas de origem externa e interna tais como: a

¹² Tais como: Baviera, Bade-Wurtemberg, na Alemanha; Midi-Pyrénées, Languedoc-Roussillon e Provence-C. de Azur, em França; e Cataluña, Comunidade de Valência e Aragão, em Espanha.

proximidade de outras áreas consideradas desenvolvidas, clima ameno, relevo suave, recursos hídricos abundantes, etc.) se potenciam mutuamente;

2) Existência de um conjunto/sistema de cidades intermédias importantes (habitadas por populações de dimensão mediana), às quais se encontra associada uma rede de núcleos urbanos complementares, sendo todo esse conjunto encimado por um grande pólo urbano, dotado de bons equipamentos e beneficiando de uma imagem favorável;¹³

3) Oferta estável de força de trabalho qualificada dispendo de uma base educativa elevada, no âmbito da disponibilidade de recursos humanos, aliada à presença de centros educativos superiores de prestígio e de centros de investigação, dotados do correspondente suporte de capital humano;¹⁴

4) Presença dominante de PME exercendo actividades variadas, constituindo o reflexo de uma base empresarial local, apta para novas iniciativas e facilitadora de processos de aprendizagem e de subcontratação;

5) Acessibilidade da região, quer aos mercados, quer aos decisores político-económicos, quer ainda a inovações e desenvolvimentos tecnológicos, etc, bem como receptividade às ideias ou investimentos inovadores provenientes do exterior da região;¹⁵

6) Disponibilidade de serviços avançados à produção (I&D, serviços financeiros especializados, consultadoria tecnológica, design, comercialização e exportações, planeamento estratégico);

7) Existência de uma autoridade regional com autonomia face ao poder central, e existência de um sistema de cooperação entre as diferentes autoridades públicas, por um lado, e entre estas e as organizações civis, por outro (associações empresariais, associações sindicais, organizações educativas, organizações culturais, organizações cívicas), por foram a se implementar uma boa base organizativa e estratégias de apoio;¹⁶

¹³ O sistema de cidades desempenha assim um papel importante no desenvolvimento e na localização de actividades na medida em que a competição entre regiões se transforma facilmente em competição entre cidades. Relacionado com esta temática, PAELINCK (1987) acrescenta que regiões urbanizadas têm os melhores potenciais para desenvolverem inovações ou aceitar ideias inovadoras para traduzi-las em investimentos regionais; direcções e departamentos de investigação e desenvolvimento localizados em regiões urbanas têm fácil acesso a todos os tipos de organizações comerciais e oficiais, e por isso podem basear as suas estratégias em informações externas.

¹⁴ Se acontecer também que os custos laborais relativos -salariais e não salariais- sejam moderados, a região pode ter uma vantagem adicional. Num mercado cada vez mais integrado, esta última vantagem tenderá porém a diminuir.

¹⁵ Alguns instrumentos, como centros de informação, institutos tecnológicos, parques científicos e tecnológicos, actuam como canal e rede que facilita os ditos acessos.

¹⁶ Um dos exemplos citados é o do Estado do Ceará no Brasil, que de segundo estado mais pobre daquele país, em 1977, passa em 1994 a registar o maior crescimento do PIB, concomitantemente o rendimento «*per capita*» aumentou neste Estado 30 por cento, contra 4 por cento a nível nacional.

8) Imagem social suficientemente atractiva para atrair investimentos externos e que se traduz num clima relativamente pacífico e cooperativo, ou seja um clima de não conflitualidade ou de baixa conflitualidade, que implica o relacionamento normal e o diálogo estável por exemplo entre associações patronais e associações sindicais, e o relacionamento não disfuncional entre forças políticas.

Por seu lado referindo-se às regiões periféricas que nos anos mais recentes têm alcançado algum sucesso, A. Simões LOPES (1995, p. 7) considera que não ficam a devê-lo à manutenção das vantagens de mais baixos custos, tanto quanto ao desenvolvimento das infra-estruturas, nomeadamente de comunicações, que lhes têm facilitado o acesso a grandes mercados, particularmente quando beneficiam de outros factores como movimentos de capitais, reforço de capital humano e capacidade inovadora do meio, o que acrescenta o autor, provavelmente só se conseguirá com o concurso de atitudes voluntaristas de política.

De acordo com a perspectiva complementar de outros autores (BECATTINI, 1994; GAROFOLI, 1994; COURLET e PECQUEUR, 1994) pode-se considerar que serão regiões ganhadoras neste final de século, e nos próximos dez anos do século XXI, as regiões onde se verifiquem as quatro seguintes condições:

- a) A existência de um ‘distrito industrial’, que corresponde a uma entidade sócio-territorial caracterizada pela presença activa de uma comunidade de pessoas e duma população de empresas num espaço geográfico e histórico dado (conceito de distrito industrial);
- b) Uma rede consistente de empresas, que se reporta a uma organização interempresarial, baseada em diferentes modalidades de cooperação e de parceria;
- c) Governância de base territorial, entendida como respeitando a formas de regulação externas ao mercado e ao Estado, e em cujo conteúdo se inclui:
 - i) A sociedade civil menos o mercado, ii) mais a sociedade política local, (os políticos locais, as elites do mundo dos negócios, do trabalho e da cultura, e os representantes dos movimentos e organizações sem fins lucrativos) (conceito de governância de base territorial);
- d) «Efeitos de aglomeração», que significa as vantagens decorrentes da localização próxima de um conjunto de entidades que se podem constituir vantajosamente em parceiros nos negócios, na investigação técnico-científica, na informação, na actuação comum, etc. Significa este conceito que a aglomeração geográfica que está para o espaço assim como a

Este facto é relacionado com a chegada aos cargos de chefia, por parte de um conjunto de empresários que disputaram aos «coronéis» o governo do Estado, pois devido a bloqueios políticos provocados pelas forças conservadoras, os empresários viam-se impossibilitados de concretizar as ideias gizadas no Centro Industrial do Ceará. (FREAZA, 1994).

aprendizagem está para o tempo,¹⁷ apresenta-se como a forma territorial mais apropriada para uma paisagem económica competitiva. Este paradigma da aglomeração permite, a emergência de um «efeito atmosfera», ou seja possibilita o aparecimento duma dinâmica propícia ao novo e ao imprevisível, resultante do inter-relacionamento diário, formal e sobretudo informal, de pessoas, empresas e instituições.¹⁸

Mas este paradigma potencia ainda o aparecimento de uma outra realidade transeconómica: a «consciência de comunidade geográfica», a qual remete para o terreno da sociedade e da política, e engloba o conceito de «governância de base territorial» acima referido. Todo o elenco de actores culturais, empresariais, políticos, sindicais, técnico-científicos, etc., actuantes neste círculo produzem um «caldo» ou «atmosfera» local ou regional, quando entram em «concertação estratégica» entre si, o que permite que a entidade territorial se possa afirmar na envolvente de forma sustentável.

Subjacente a essa geografia da aglomeração contemporânea encontram-se actualmente três fenómenos:

- A expansão descontrolada ou pouco controlada de algumas megapoles;
- O reaparecimento de «distritos industriais» em regiões ganhadoras do Mundo;
- O reconhecimento da necessidade duma solução urbana equilibrada em termos de metrópoles médias, que no âmbito no panorama internacional, se especializam em uma ou mais actividades económicas.

São estas pequenas e médias metrópoles que se estão a posicionar mais competitivamente na geoeconomia, e tanto assim é que de entre as dez cidades mais votadas internacionalmente pelo mundo dos negócios, sobressai que metade se encontra entre as designadas médias metrópoles (Atlanta, Toronto, São Francisco, Frankfurt e Miami, em cujo perímetro urbano respectivo residem entre 400 a 800 mil habitantes).

Adjacente a esta perspectiva, uma outra corrente defende que o desenvolvimento regional se prende com a realidade retratada pelos conceitos de Meio Inovador e de Rede de Inovação, os quais permitem tomar em consideração um aspecto essencial das dinâmicas territoriais emergentes no novo sistema tecno-

¹⁷ “Uma máxima que gerará alguma polémica junto dos viciados da telemática. Não basta consultar um terminal. É preciso estar onde os outros estão. Estar mergulhado na atmosfera -no fundo, é esta a palavra-chave da concepção marshalliana do distrito ... Em suma a telemática não faz recuar em nada o desejo de e a vantagem da aglomeração. É do ruído de fundo, quando se está no local, que emergem as ideias inovadoras. A aglomeração com o seu cortejo de oportunidades continua a ser a primeira condição do mercado capitalista ...” (J. Ferrão in *Expresso*, nº 1150, de 12/11/1994).

¹⁸ Do qual são exemplos o Silicon Valley, na Califórnia e a Route 128 próxima de Boston; o Plateau d’Orsay e Sofia-Antipolis, na França; o Corridor M4 próximo de Londres.

industrial, como seja os modos de articulação entre as formas de coerência interna aos meios locais (capacidades endógenas), e os elementos externos (o global) os quais vêm alimentar, mas também agitar e alterar a referida coerência interna, numa perspectiva de ajustamento dinâmico.

A inovação, a mudança e a especialização flexível constituem condições básicas da existência dos Meios Inovadores. Para se manterem e progredirem, estas condições requerem um reforço sistemático dos laços económicos entre as empresas e o conjunto das instâncias locais, de tal modo que se torna possível fazer da imagem local desses laços um trunfo específico para o conjunto das produções do Meio. Entre os elementos determinantes da solidez económica dos Meios Inovadores, encontram-se de acordo com BENKO (1994), GAROFOLI (1994), factores tais como:

- A inovação tecnológica e organizacional, procurada simultaneamente por todos, e com efeito cumulativo porque colocada à disposição de cada um dos interessados;
- A circulação de informações que incidem quer sobre os mercados, quer sobre as previsões de produção das empresas ou ainda sobre a introdução de novas tecnologias;
- Uma capacidade comercial reforçada quer para assegurar o escoamento da produção, quer para sugerir a fabricação de novos produtos;
- Um potencial de regulação económica e social: centros de controle de qualidade, escolas de formação profissional, centros de investigação tecnológica, e centros de serviços constituídos sobre a base de convenções entre a globalidade das empresas e as colectividades locais.

Outros autores que se inserem nesta corrente (MAILLAT; CREVOISIER, 1991), adiantam também que nas regiões onde se têm verificado experiências de desenvolvimento com sucesso, está implantado um conjunto de instituições, as quais funcionando articuladamente podem constituir um ‘sistema regional de inovação’ susceptível “de induzir e sustentar dinâmicas de inovação empresarial e, portanto, de um certo modelo de desenvolvimento. Estas instituições são basicamente as seguintes: universidades, centros de investigação, serviços às empresas (consultadoria, informação, controlo de qualidade, etc.), boas estruturas de comunicação convencional e avançada, disponibilidade de capital de risco, etc.” (OLIVEIRA, 1995, p. 28)

O Meio Inovador representa para esses autores uma realidade pluridimensional, na qual um colectivo de actores age, com vista à concretização dinâmica de sistemas produtivos, que abrangendo simultaneamente uma dimensão territorial e paradigmas tecno-industriais, assentes em mudanças estruturais do aparelho produtivo, integra as três dimensões seguintes:

- Uma dimensão cognitiva que se refere às lógicas de aprendizagem de saber-fazer e de conhecimentos ligados ao paradigma tecnológico, e que tem tradução prática num processo de criação de tecnologias genéricas e em processos de integração de tecnologias adaptativas aos sistemas produtivos específicos;
- Uma dimensão organizacional que se refere às lógicas de interacção entre actores em relação de interdependência de natureza reticular, e que se materializa numa articulação em rede de actores económicos e institucionais ao nível local (empresas, instituições de pesquisa e de formação, poderes públicos, etc.), modos de organização parthenarial e contratuais, etc.;
- Uma dimensão territorial, que reflecte um grau elevado de unidade, e uma certa homogeneidade susceptível de criar externalidades de proximidade, e de gerar uma vantagem comparativa de “Meio” que seja específica de um território.

Esta noção de Meio Inovador é como já se viu inseparável da noção de rede de inovação que se prende com a interacção da dinâmica interna/externa do Meio Inovador. A noção de Rede de Inovação contribui com um importante complemento que consiste no conjunto das relações externas que atravessam o sistema produtivo local, e, por outras palavras, faz também referência às dimensões constitutivas (análogas) dos Meios Inovadores, a saber:

- Uma dimensão cognitiva que se reporta ao acesso a recursos imateriais e saber-fazeres tecnológicos com vista a realizar economias de escala técnicas e massas críticas comuns;
- Uma dimensão organizacional que inclui o parthenariado e contratualização de trocas com um sistema de actores externos ao meio, relações duráveis mas não cristalizadas, baseadas sobre um sistema de confiança e de reciprocidade de interesses, etc.;
- Uma dimensão territorial que evoca a relação do meio local com o exterior, através da articulação de redes internas com o ambiente global e mundial, mediante a pesquisa de uma vantagem comparativa por cada um dos parceiros, e mediante a constituição de relações em rede externas.

O Meio Urbano, é o conceito central nesta perspectiva, decorrendo a sua existência da interacção dos três sistemas de acção abaixo referidos, (representando cada um desses sistemas uma forma de organização e de gestão de recursos disponíveis, emanando da confrontação das lógicas de acção dos actores):

- O sistema tecno-industrial que se refere ao comportamento estratégico que adoptam as empresas face aos determinantes do NTSI, e é constituído por recursos ligados principalmente à organização das fileiras produtivas e ao

mercado de trabalho, em relação directa com a actividade de empresa, compreendendo acesso aos recursos tanto materiais como imateriais, capacidade empresarial e de gestão do seu sistema de produção, capacidades financeiras e de comercialização dos seus produtos, capacidade de inovação tecnológica, etc. É composto por um sistema de actores no seio do qual interagem os diferentes agentes económicos, segundo a sua lógica de acção própria e os seus interesses específicos;

- O sistema de representação colectiva, que confere um sentido à acção urbana e à estruturação do espaço, nomeadamente através da criação e da implementação de referências simbólicas;
- O sistema de governação no âmbito do qual se incluem os actores decisoriais e institucionais do espaço urbano. É constituído por representantes do sector público e do sector privado. Possui a capacidade decisional de organização do espaço assim como legitima as suas formas de estruturação e as acções que daí decorrem. É quem define as orientações da política urbana e torna legítimos os projectos que os concretizam.

Neste panorama serão mais competitivas as regiões em que os factores listados no Quadro 135 atingirem de acordo com a especificidade regional, limiares considerados satisfatórios pelas empresas que vão iniciar ou deslocalizar as suas actividades.

Mas o desenvolvimento de uma região depende da dinâmica socioeconómica de diversos sub-conjuntos geográficos que a integram, daí que no próximo ponto se aborde também as condições inerentes ao desenvolvimento desses subconjuntos, cujo grau de (des)nivelamento confere à região uma maior ou menor homogeneidade e coesão.

4. CONDIÇÕES ENDÓGENAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS LOCAIS

PECQUEUR e SILVA (1982) referem como condições imprescindíveis ao êxito dos locais:

- a) A emergência e consolidação de inovações tecnológicas, produtivas ou organizativas;
- b) A emergência de capacidades para reagir e integrar pressões heterónimas decorrentes da relação com outros contextos sócio-económicos e institucionais;
- c) A emergência de capacidades de regulação, enquanto sistema local que através das suas próprias normas saiba reinterpretar, a seu favor, estratégias vindas do exterior.

Para J. REIS (s.d., p. 14), constituem condições mínimas para que actualmente e no futuro, um local se possa considerar em movimento, ou seja, capaz de vencer ou evitar a esclerose e a estagnação, e assim possa aceder ou manter o seu processo de desenvolvimento:

- a) Existência de limiares mínimos de densidade organizacional e demográfica;
- b) Instituição de sistemas de inter-relações locais;
- c) Aperfeiçoamento de culturas técnicas e institucionais locais;

QUADRO ÚNICO

PRIORIDADES DAS FIRMAS PARA MELHORAMENTO DE DETERMINANTES DE COMPETITIVIDADE REGIONAL*

Determinantes da competitividade	Tipo de regiões	C/ atraso de desenvolvim.	Em declínio industrial	Favorecidas
Mercados financeiros				
1. Custo do crédito		1	6	6
2. Impostos sobre o rendimento de sociedades		2	5	3
3. Taxa de câmbio		10	8	8
4. Disponibilidade de capital de risco		20	19	23
Sistema educativo				
5. Oferta de força de trabalho qualificada		3	1	2
6. Instalações e equipamento escolar		15	26	26
7. Proximidade de inst. e equipam. de formação		28	33	33
8. Oferta de força de trabalho não qualificada		30	15	11
9. Proximidade de educação de terceiro nível		34	33	29
Mercado de emprego				
10. Custos indirectos do emprego		4	1	1
11. Regulamentação do mercado de emprego		5	8	6
12. Salários e vencimentos		13	4	5
Panorama macroeconómico				
13. Taxa de crescimento económico		5	3	4
14. Panorama do sector a médio prazo		12	10	9
Infra-estrutura				
15. Rede de transportes		7	11	10
16. Abastecimento e custos de energia		8	12	18
17. Zonas industriais		14	17	25
18. Sistema de comunicação		17	23	14
19. Abastecimento e custo da eliminação de lixo				

*Ordem estabelecida de acordo com a frequência das respostas das empresas ao pedido de fazer uma lista das três determinantes da competitividade que seria da maior prioridade melhorar

(continua)

(continuação)

PRIORIDADES DAS FIRMAS PARA MELHORAMENTO DE DETERMINANTES DE COMPETITIVIDADE REGIONAL

Tipo de regiões	C/ atraso de desenvolvim.	Em declínio industrial	Favorecidas
Determinantes da competitividade			
Políticas e instituições nacionais			
20. Política industrial	9	18	12
21. Processos administrativos	16	25	20
22. Outras determinantes nacionais	25	28	32
23. Regulamentos jurídicos	29	22	19
Políticas e instituições regionais			
24. Incentivos à política regional	11	18	20
25. Cooperação das autoridades locais	24	25	24
26. Outras determinantes regionais	31	28	31
27. Impostos locais	33	22	12
Estrutura económica regional			
28. Maquinaria	18	31	27
29. Proximidade dos abastecedores	19	23	28
30. Proximidade dos clientes	21	15	22
31. Bancos, seguros, advogados	22	30	33
32. Cultura empresarial	26	26	30
33. Publicidade e consultadoria	36	36	35
Instalações e equipamentos sociais			
34. Clima social	23	12	17
35. Custos das instalações	31	29	16
36. Instalações e equipamentos culturais e sociais	35	35	36
37. Instalações e equipamentos para tempos livres	37	37	37

Fonte: IKAP, *An empirical assessment of factors shaping regional competitiveness in problem regions*. (Estudo financiado pela Comissão Europeia)

d) Capacidade de negociação externa.

AROCENA (1986, pp. 42, 92) refere para além destes, outros traços que depois de adaptados se podem enunciar como segue:

- a) Capacidade de adoptar adequada e atempadamente respostas globais aos problemas concretos;
- b) Adopção de tecnologias inovadoras, criação de actividades produtivas novas, adopção de novas formas de organização nas actividades económicas, e diversificação do tecido produtivo, (nomeadamente industrial), visando a melhoria da qualidade dos produtos;
- c) Criação de riqueza e sua (re)distribuição equitativa;
- d) Valorização/aperfeiçoamento, capitalização e reprodução do potencial humano, apostando para o efeito na educação, na cultura, e na qualificação e formação profissional, a fim de garantir o predomínio dos actores locais, e a mobilização dos recursos empresariais locais;
- e) Exploração sustentável dos recursos naturais, com observância da preservação do ambiente biofísico;
- f) Qualidade de vida da população, nas vertentes objectiva¹⁹ e subjectiva, considerada pelo menos aceitável.

Atingirão e/ou manter-se-ão nos estratos mais favorecidos, os locais que tenham a capacidade de se afirmar como «únicos» em algo, consubstanciada na arte de fazer bem determinados produtos (azeite, vinho, automóvel, proporcionar lazer), aperfeiçoando a respectiva massa crítica de competências, saberes, fornecedores e instituições, que transformam esses locais em centros de inovação de pelo menos um dado bem o serviço que transaccionam vantajosamente.

Os locais com presente e futuro sustentável, devem ainda preencher requisitos que lhes permitam constituir-se como um espaço de iniciativas, com capacidade de identidade ofensiva, pelo que se incluirão neste conjunto os locais que:

- a) Reanimem recursos ociosos; recuperem oportunidades de criação de actividades produtivas realmente existentes antes nunca aproveitadas e que podem voltar a ser fonte de riqueza, ou que hibernam quando podem ser reactivadas e potenciadas; aproveitem as oportunidades que apresentam: i) as novas tecnologias, ii) a reorganização dos processos produtivos, iii) as mudanças da procura, iv) a melhoria das comunicações de todo o tipo e o acesso a novos mercados;

¹⁹ Esta vertente pode compreender indicadores tais como: i) grau de acesso a centros de ordem superior através de transporte público; ii) nº de fogos com água canalizada; iii) nº de fogos com casa de banho; iv) nº de delitos; v) frequência da recolha do lixo; vi) esquemas de apoio a idosos; vii) possibilidades de ocupação dos jovens; viii) estado de conservação das ruas; ix) espaços de convívio; x) poluição sonora.

b) Descubram essas possibilidades não só nos lugares onde se tem acumulado experiência empresarial e laboral suficiente que pode estar actualmente desaproveitada (quer pela erosão provocada por processos de desindustrialização, quer pela depressão de outras actividades produtivas), mas catalizem também outras áreas territoriais, com pouca ou nenhuma acumulação desses factores. Identifiquem, estimulem e apoiem os actores capazes de levar a cabo as actividades;

c) Mobilizem este conjunto de factores no contexto 'local', isto é, aplicando as estratégias de actuação a um âmbito de dimensão e características apropriadas (locais ou mesmo supra-locais), para poder levar a cabo essa mobilização, através de processos de intervenção económica e social, com garantias de viabilidade.

Face a esta exigência, os sistemas territoriais locais terão que gizar e concretizar estratégias que lhe permitam sobreviver na “guerra dos locais” (KOTLER, 1993). Este autor propõe as seguintes seis estratégias que os sistemas territoriais locais, actualmente e no futuro, para se afirmarem no panorama competitivo que os rodeia, têm que desencadear:

a) Estratégia de identidade («*place identity*»)

Consiste na determinação do «quem somos». Deve ser precedida de uma auditoria especializada sobre o local, visando um exame à economia do território, ao seu «design», aos seus activos físicos, à qualidade de vida. Mas mais do que uma radiografia asséptica, o que se pretende é uma avaliação dinâmica em termos de forças e fraquezas, oportunidades e ameaças (a clássica análise SWOT, no acrónimo em inglês);²⁰

b) Estratégia de melhoras básicas locais («*place basic improvement*»)

Ultrapassa o clássico programa de obras públicas de infra-estruturas. Dimensões como por exemplo, «infra-estrutura digital», «design» urbano, criação de atracções originais, criação de uma postura de «pensar ambientalmente» para resolver os tradicionais problemas da poluição, e da congestão urbanística e de tráfego, são privilegiadas nesta estratégia;

c) Estratégia de produto local («*place product*»)

Incide sobre a identificação do «que temos para oferecer», para além da paisagem, dos produtos originais do território, e do património histórico. Neste conceito de «produto local» estão também incluídos os serviços públicos de excelência, as estruturas e políticas culturais e de recreação e lazer, as zonas pensadas para actividades económicas altamente competitivas, o dinamismo das organizações da sociedade civil e a qualidade do parque habitacional. Aqui deverá sobretudo estar incluído o «activo» fundamental que pode ser o «produto» de maior valor: os cidadãos (quem são, que qualificações têm, que saber detêm);

²⁰ Strengths: Forças; Weaknesses: Fraquezas; Opportunities: Oportunidades; Threats: Ameaças

d) Estratégia de localizar «massa cinzenta» («*place brain*»)

Constitui o desafio mais importante num duplo sentido: o de educar e formar os seus cidadãos «locais», bem como o de desenvolver uma política activa de captação e fixação de novos habitantes de alto valor acrescentado;

e) Estratégia de sinergia total («*place synergy*»)

Esta é uma condição necessária para o sistema territorial local alcançar o êxito. Implica que por exemplo, no campo da promoção da imagem as campanhas lançadas por organismos diferentes não colidam. Neste âmbito depara-se como urgente que o «marketing» estratégico junte à mesma mesa as «forças vivas locais», que neste caso deverão actuar como um «*think-tank*»;

f) Estratégia face aos investidores e decisores externos («*place buyers*»)

Significa que se tem de entender, e penetrar no mundo dos «compradores», que por vezes estão bem longe dos que decidem onde implantar uma unidade industrial ou comercial, onde sediar um departamento regional, onde realizar uma conferência ou convenção, onde localizar «pacotes» de férias, onde investir financeiramente, onde efectuar um «*take over*» ou promover «*joint-ventures*».

A um nível mais micro, no futuro serão desenvolvidos os locais onde, para além das características já apontadas, sejam favoráveis, a situação actual, tendências e perspectivas, referentes aos seguintes indicadores:

- a) Número e natureza de funções centrais;
- b) Número de unidades funcionais por cada função central;
- c) Acesso a serviços de saúde;
- d) Acesso a equipamentos desportivos;
- e) Acesso a equipamentos culturais;
- f) Taxa de motorização;
- g) Habilitações literárias dos habitantes;
- h) Composição socioprofissional da população;
- i) % de activos a trabalhar no local;
- j) Índice de vitalidade;
- l) Rácios de dependência;
- m) Habitações construídas nos últimos 10 anos;
- n) Licenças para construção e recuperação de habitações (anteriores, actuais e perspectivadas);
- o) Taxa de desemprego;
- q) Taxa de crescimento populacional;
- r) Rendimento *per capita* (índice de concentração);
- s) Densidade populacional;
- t) População residente/população presente (emigração sazonal);
- u) Intenção de permanência no local por parte dos jovens;

- v) Expectativas da população sobre a evolução do local;
- x) Criminalidade e delinquência.

Mas se o desenvolvimento regional pode ter expressões locais, que possibilitam no conjunto uma leitura da respectiva média agregada (por vezes enganosa), é na realidade ao nível nacional que se tem ainda que procurar alguns dos condicionalismos do desenvolvimento das regiões. Como tal, será apresentado no ponto seguinte uma abordagem dos factores que contribuindo para o maior ou menor desenvolvimento de um país, podem mais directa ou indirectamente contribuir para o desenvolvimento das regiões que integram esse país.

5. CONDIÇÕES ENDÓGENAS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM PAÍS

Quanto ao desenvolvimento de qualquer país, assenta em bases tais como as que a seguir se enunciam:

- a) Capital em activos e equipamentos privados;
- b) Capital em infra-estruturas;
- c) Capital humano;
- d) Capital em I&D e inovação (capital tecnológico).

São estas as quatro formas de que se reveste o capital por trabalhador, e de cujo aumento segundo CUADRADO-ROURA (1995, p. 21) parece depender "o crescimento económico de um país (ou de uma região)" acrescentando o autor que a presença e acção conjunta destas quatro formas é essencial, pois se por uma lado delas derivam efeitos externos e rendimentos crescentes; por outro lado, se houver investimentos num desses capitais sem o devido acompanhamento nos restantes, daí pode resultar a sua ineficácia ou então verificar-se simplesmente uma má afectação de recursos.

Anteriormente um outro autor (NEVES, 1993), na sequência da identificação e organização das componentes básicas do mecanismo propulsor do desenvolvimento, presentes nas experiências económicas concretas dos vários países, considera que são os seguintes os ingredientes elementares de qualquer dinâmica de progresso económico e que constituem assim autênticos «motores do desenvolvimento»:

- a) Acumulação de capital, à qual corresponde o investimento em capital físico;
- b) Inovação, à qual corresponde a iniciativa do empresário;
- c) Vantagem comparativa, à qual corresponde a especialização internacional;
- d) Dimensão de mercado, à qual corresponde o aproveitamento de economias externas e de escala.

Referindo que a «acumulação de capital» é o motor de desenvolvimento mais estudado, a «inovação» o seu motor mais complexo e a «vantagem comparativa» é o motor mais polémico, enquanto a «dimensão de mercado» é o motor mais esquecido, acrescenta o autor que a acumulação de capital e as inovações num país tornam-se mais eficazes e influentes através das relações internacionais, tal como se verifica nelas um aumento da dimensão de mercado.

Na mesma perspectiva a CCE (1994, p. 32) é de opinião que terão sucesso as economias nacionais que i) forem competitivas e integradas, ii) aproveitam plenamente as vantagens das novas tecnologias e dos modernos métodos de produção e de organização do trabalho, pelo que é imperioso realizar investimentos significativos nos domínios das infra-estruturas, da investigação e desenvolvimento e, sobretudo, dos recursos humanos. Mas simultaneamente é ainda imprescindível que as populações se sintam envolvidas e comprometidas no processo de permanente transformação que urge sustentar a médio prazo; e igualmente importante é também manter o equilíbrio entre o capital físico e o capital humano.

6. CARACTERÍSTICAS GENÉRICAS DOS SISTEMAS TERRITÓRIOS GANHADORES

Terão sucesso os sistemas territoriais onde se verifiquem os mais elevados padrões de Qualidade de Vida (subjectiva e objectiva), proporcionados por um processo de desenvolvimento (sustentável, integrado, localmente focalizado e endógeno), assente num adequado Ordenamento do Território (democrático, integrado, funcional e prospectivo), através do qual se procura preservar uma qualidade favorável do ambiente, condições que poderão ser favorecidas pela concretização de um continuado e correcto exercício de Planeamento (estratégico/prospectivo, integrado, participado, indicativo e imperativo) (ANCELA D'ABREU, 1989; GILPIN, 1980; HANNA et al, 1977; MENDES, 1990, 1991, 1994).

Para que os sistemas territoriais (locais, sub-regiões, regiões, ou países) tenham sucesso terá de se verificar um Des-envolvimento, ou seja, a libertação dos envoltórios (invólucros, embrulhos, constrangimentos) que impedem a realização das potencialidades dos seres humanos, proporcionando-se uma transformação ao nível humano como a que se verifica com as sementes (igual a potencialidades), em plantas, flores e frutos (AMARO, 1991). A população em geral deverá aí experimentar um estado de satisfação elevada, decorrente da avaliação favorável que um expressivo conjunto dos agentes sociais faz da qualidade das suas condições de vida, nomeadamente no que se refere à qualidade: da prestação dos serviços de saúde, do nível de vida, do ambiente, da habitação, da educação, dos transportes e da ocupação dos tempos livres. Desiderato esse que

implica a concretização do acesso de todos, onde quer que vivam, aos bens e serviços e às oportunidades consideradas mais essenciais, no sentido da satisfação das necessidades básicas, de acordo com a relatividade espaço-temporal tendo em atenção o realismo dos meios. Nos sistemas territoriais ganhadores, o desenvolvimento consistirá num processo de mudança global com vista a concretizar transformações harmoniosas sobre a economia (componente material), sobre os comportamentos das pessoas (componente psicológica), sobre as relações sociais (componente sociológica), sobre os valores (componente cultural), e sobre as instituições (componente institucional). Dois tipos de condições têm de ser preenchidas articuladamente neste processo, por um lado as condições objectivas (v.g. capital humano; infra-estruturas para prestação de serviços sociais; dotação em infra-estruturas económicas; capacidade empresarial local; redes de inovação e de cooperação dos agentes da área; mecanismos de apoio especial ao investimento produtivo; redes de comercialização e marketing das produções da zona), e por outro lado as condições subjectivas (efectivas ou potenciais, endógenas e exógenas), plasmadas numa atmosfera psicológica favorável por parte dos agentes sociais. Para que seja fertilizante, o processo terá de se identificar com o desenvolvimento sustentável que se traduz(irá) no seio do sistema por: i) otimizar as respectivas potencialidades e forças; ii) erradicar ou minimizar as debilidades/fraquezas inerentes; iii) promover a equidade social; iv) incentivar a participação política; e v) conservar os recursos naturais e preservar a qualidade ambiental. Binómio este (conservação dos recursos naturais e preservação da qualidade ambiental), que exige dos seres humanos que: i) ordenem e explorem racionalmente o território a que pertencem em seu próprio proveito; ii) concretizem um processo integrador da organização do espaço, mediante o qual se procura organizar uma adequada distribuição espacial dos usos e funções, ou seja, a localização equilibrada no espaço de infra-estruturas e equipamentos, económicos e sociais, que permitam potenciar um desenvolvimento integrado e sustentável, o qual poderá ser optimizado, tal como conseguido um efectivo ordenamento do território, e preservado um bom estado do ambiente, mediante a realização de um adequado processo de intervenção controlada (estratégico, integrado e participativo).

Entrarão em mobilidade ascendente, ou continuam em posição favorável, os sistemas territoriais (locais, as sub-regiões, as regiões e os países) que consigam combinar adequada e dialecticamente a multidimensionalidade dos enfoques do desenvolvimento.

Assim, serão pontos de referência positiva os sistemas territoriais que embora limitados pelos constrangimentos exógenos (ameaças), de carácter estrutural global

impostos pelo capitalismo,²¹ consigam afirmar a sua individualidade (aperfeiçoando forças e ultrapassando debilidades), gizando e percorrendo um percurso histórico singular (aproveitando oportunidades),²² incluído no rumo particular do conjunto pouco variável de sistemas territoriais, que em diferentes momentos evoluem para estádios mais avançados de desenvolvimento (traçando visões de sucesso),²³ antes e durante os quais, através de uma tensão dialéctica instituído-instituente, estabilidade-mudança, conservação-inovação, vão aperfeiçoando as suas instituições (que definem adequadamente o sentido da respectiva missão, em consonância com os interesses mais vastos do sistema),²⁴ o que lhes permite responder com êxito aos desafios que se lhe deparam, sejam no âmbito do desenvolvimento, do ordenamento do território, do ambiente ou da qualidade de vida (gizando para o efeito as estratégias apropriadas).

Nesses sistemas territoriais, uma riqueza material suficiente sustenta(rá) a articulação de factores como:²⁵

- a) Satisfação das necessidades e realização de todas as capacidades (e não apenas uma delas) ao nível de cada colectividade (país, classe grupo);
- b) Consolidação da autonomia, enquanto capacidade de resposta e de gestão baseada nas potencialidades endógenas;
- c) Participação nos destinos da colectividade, por parte de todos os seus membros, nomeadamente que se estão a desenvolver;
- d) Solidariedade, no essencial, entre todas as componentes e dimensões da colectividade (órgãos políticos, associações);
- e) respeito pelo direito à diferença e pela expressão das diferenças (de opinião, de organização).

²¹ De acordo com a óptica estruturalista segundo a qual o desenvolvimento é determinado pelo que se passa ao nível da estrutura mundial do sistema capitalista, não existindo assim especificidades nacionais ou locais que não decorram dessa lógica de dominação (relacionada com a teoria da dependência, ou seja com a existência de uma crescente polarização mundial entre o centros e periferias).

²² Tendo em atenção a óptica historicista, para a qual no processo de desenvolvimento não há etapas pré-estabelecidas, pois está dependente da capacidade dos diversos actores tomarem em consideração a especificidade de cada região ou micro região. Privilegia-se aqui o ponto de partida de cada sistema territorial (necessariamente diverso), pelo que são postos em evidência os perfis nacionais e regionais específicos.

²³ Adaptando a perspectiva evolucionista, em cuja óptica o desenvolvimento se encontra associado a um processo evolutivo, composto por etapas que são necessárias percorrer para se chegar aos últimos estádios. Para esta perspectiva o ponto de chegada é considerado o modelo que permitirá a aferição dos critérios que irão vigorar ao longo do processo evolutivo.

²⁴ Considerando a óptica institucionalista, que focaliza a diferencial motricidade de um processo de desenvolvimento, de acordo com a dinâmica mais ou menos activa e progressista das instituições dum sistema territorial.

²⁵ Adaptado de R. R. AMARO (1991).

A realização minimamente satisfatória desses factores requer(erá) que os sistemas territoriais referidos disponham de instrumentos promocionais da sua qualificação, entre os quais se aponta:

- a) Reforço das competências decisórias políticas e administrativas endógenas, através da participação popular das diferentes unidades territoriais, promovendo paralelamente o reforço da autoconfiança da população;
- b) Promoção da identidade cultural de maneira a evitar a colonização sociocultural do exterior, através da divulgação e manutenção da tradição cultural;
- c) Prioridade na mobilização de recursos regionais, apoiando as empresas de cariz local, evitando a fuga dos capitais para zonas centrais e a entrada de empresas multinacionais;²⁶
- d) Prioridade para a diversificação sectorial e funcional, através da promoção de sectores produtivos diversificados, diminuindo os impactos económicos sectoriais negativos do exterior;
- e) Promoção de mecanismos de auto-regulação e de adaptação;
- f) Reforço da acessibilidade a favor das áreas periféricas, através da atribuição de subsídios às empresas nos transportes para longas distâncias ou nos transportes de mercadorias entre regiões periféricas;
- g) Criação de organizações orientadas para a promoção regional e local, destinadas a promover a participação e a dinamização do tecido económico.

O quadro global em que os sistemas territoriais ganhadores (e os não-ganhadores) se movimentarão, fonte de oportunidades e ameaças, continuará caracterizar-se muito provavelmente nos próximos 13 anos por um conjunto de traços fortes que se abordam no ponto seguinte.

7. O QUADRO GLOBAL PROVÁVEL

Será um quadro heterogéneo, reactualizável com reduzida frequência²⁷, formado por diversos conjuntos territoriais que se movem a velocidades socioeconómicas assimétricas.

A globalização, fenómeno associado à aceleração tanto de abertura das economias como da circulação de bens e serviços, continuará a constituir uma das principais tendências pesadas, na qual assentará também a ordem sistémica

²⁶ Daquelas cujo *modus operandi* se revista de características de uma economia de enclave, portanto sem efeitos de polinização no meio de acolhimento

²⁷ Em Portugal uma das mais significativas reactualizações a nível regional, ocorreu nos anos 60, quando o Algarve deixa de ser uma região piscatória e agrícola, para ser predominantemente uma região turística, com a dinamização económica que aí teve lugar em termos médios.

dinamizada pelo modo de produção capitalista, que se continuará a deparar com a instabilidade do mercado, os custos elevados da investigação, a diminuição do ciclo de vida do produto, a multiplicação dos riscos, e a imobilização do capital-fixado (BENKO, 1993).

Os movimentos de desintegração espacial e de desintegração vertical tendem a acentuar-se. A organização espacial das indústrias, nomeadamente de alta tecnologia caracterizar-se-á por dois movimentos sucessivos. Num primeiro movimento tende a ocorrer uma concentração geográfica das actividades, situação que permite obter economias de aglomeração (baseadas na organização da produção e na formação de mercados de trabalho locais). Num segundo movimento tende a ocorrer uma desconcentração geográfica da produção para evitar as deseconomias de aglomeração crescentes, provocadas pela concentração acentuada das actividades. Esta segunda fase inicia-se quando a estandardização da produção o permite. (VERNON, 1966)

Nos próximos 13 anos, muito provavelmente a informação e a comunicação impor-se-ão definitivamente como factores de produção centrais; as tarefas de intermediação apresentar-se-ão como fulcrais para complementar a produção; alterar-se-ão as relações entre as fases de concepção e da produção; surgirão como especialmente relevantes os espaços dotados de uma base produtiva diversificada e de uma organização social complexa (do ponto de vista das funções não directamente produtivas, da produção de qualificações e competências, dos serviços económicos e culturais) (REIS, 1996).

A aglomeração, essa antecâmara do mercado, com o seu cortejo de oportunidades potenciais, actualizáveis, continuará a ser uma das primeiras condições do mercado capitalista²⁸ (BENKO, LIPIETZ, 1994), pelo que as economias de aglomeração (centrípetas) tendem a prevalecer sobre as deseconomias de aglomeração (centrífugas).

Um novo modelo de desenvolvimento, a acumulação flexível, que se caracteriza por traços como: a polarização no trabalho, a polarização social, o triunfo do mercado, o recuo do Estado, a flexibilidade das técnicas e da mão-de-obra (SCOTT, 1994), coexistirá com a velha forma fordista, que não está extinta (AMIN et al., 1994), sendo mesmo de questionar se a velha hierarquia típica das multinacionais fordistas, não poderá (e estará já) mesmo operar um regresso em força sob a máscara mercantil das relações de subcontratação. (MARTINELLI; SCHOEMBERGER, 1994)

²⁸ Sendo de destacar que “o chamado ‘mercado’ é representado por não mais de 20 entidades que controlam hoje os grandes agregados de fundos financeiros disponíveis para a especulação à escala planetária. (MELO, 1996)

O relacionamento entre os agentes e os territórios vai processar-se quase como se as distâncias não existissem, e quase em tempo real, e a generalidade dos espaços locais tenderão a ser cada vez mais sujeitos relacionais e menos sujeitos autárquicos. Neste movimento (de globalização), mais importante do que a distância física, será a distância económica que separa os territórios, os quais embora tenham que se precaver contra os efeitos negativos da globalização, terão antes de mais de se precaver contra a respectiva incapacidade de auto-determinação face a esse movimento de globalização, ao longo do qual os mercados com os movimentos de deslocalização e de realocização delapidam território, e criam território devoluto (COVAS, 1997). Surgirão assim novos riscos de marginalização para a autonomia dos espaços de menor dimensão, mas vão surgir igualmente novas oportunidades que a globalização suscitará (ALVES, s.d.).

Os intensos processos de mobilidade no funcionamento do capitalismo provocarão a des-territorialização dos processos e dos agentes arrastados no percurso, ocorrendo uma re-territorialização das identidades territoriais perante a globalização das culturas e a desvinculação de matrizes culturais específicas. (REIS, s.d., p. 9). A globalização é, assim, um fenómeno que continuará a acentuar as hierarquias espaciais e a reforçar os factores de concentração.

Os espaços marginalizados e em marginalização (espaços de suporte) segregados pelo funcionamento inexorável da máquina económica, tendem a constituir espaços de recepção das estratégias de mobilidade dos agentes de regulação macro-económica, ao contrário dos espaços-território (espaços de iniciativa) que se caracterizam por “situações de forte identidade sócio-económica e cultural, isto é, portadoras de espessura própria e não apenas mobilizadas por factores externos, capazes de criar sinergias e de adensar as relações internas ao espaço em causa.” (REIS, s.d., p. 12).

O espaço-território que se erige como espaço-estrela candente terá de deter capacidade de identidade ofensiva, terá que saber e conseguir adensar (em rede) “as suas relações com os outros territórios e não apenas com o seu interior, terá que saber valorizar a sua cultura, (aqui incluídas as suas sub-culturas técnicas), como elemento positivo valorizador das suas especificidades, endogeneizando o que de positivo souber encontrar nos vários elementos componentes da rede, fomentando interdependências produtivas, a que se deve somar o exercício de representação externa, para sublinhar a sua natureza negocial e não autárquica. (REIS, s.d.; ALVES, s.d.)

Para não soçobrem, os sistemas territoriais ver-se-ão assim compelidos a procurar funcionamentos eficientes, não apenas num quadro local, mas também internacional. Brandão ALVES (s.d., p. 24) adianta que “pelo lado da oferta os bens e serviços serão mais facilmente objecto de trocas a nível internacional e, por isso,

os espaços locais têm que aí saber afirmar capacidade competitiva recorrendo na generalidade a estratégias de aperfeiçoamento e actualização (*upgrading*). Simultaneamente, pelo lado da procura interna a exigência de competitividade mantém-se, uma vez que, dados os acréscimos de mobilidade de mercadorias, se os bens e serviços presentes sobre o mercado local e de origem local não se afirmarem suficientemente competitivos, tanto tendem os consumidores a procurá-los no exterior, como os próprios produtores do exterior colocá-los em melhores condições no mercado interno.

A competitividade dos sistemas territoriais, ou melhor das suas unidades constitutivas (empresas, organismos públicos qualificantes), firmada num ambiente geral de competitividade preexistente (*milieu*) (ALVES, s.d.), vai ter assim de continuar a manter-se, e se possível expandir-se, tanto num plano interno (competitividade interna), como num plano externo (competitividade externa).

No que concerne portanto especificamente ao desenvolvimento local e regional as características do presente processo de reestruturação que tendem a prolongar-se nos próximos 13 anos são de acordo com STÖHR (1985) e MUEGGE e STÖHR (1987), as seguintes:

- a) Segmentação espacial dos processos de produção (descontínua) e de distribuição, (permitidas pelas novas tecnologias de comunicação e de produção) os quais antes se encontravam espacialmente unificados; em consequência os locais não são pois mais o lugar de empresas unas, mas somente apêndices dessas empresas;
- b) Pulverização espacial das funções empresariais de acordo com vantagens locais específicas, fenómeno que tem vindo a ser favorecido pela recente expansão das empresas multisítios e novas formas policêntricas de organização empresarial; muitos dos sistemas territoriais locais continuarão a ser pois esbulhados das suas funções-chave anteriores, e em consequência relegados para baixas funções de rotina;
- c) Elevada mobilidade do capital, com a consequente separação entre capital e localização, devido à integração crescente da finança internacional e dos mercados de capitais, o que tem facilitado frequentemente desinvestimentos locais massivos;
- d) Deslocalizações reiteradas de unidades de produção, particularmente das associadas aos “velhos” produtos standardizados, para áreas de baixos salários, frequentemente no Terceiro Mundo, devido à mobilização de um reservatório de trabalhadores industriais, em praticamente todas as partes do mundo ainda não industrializado;
- e) Competição entre locais pela localização de unidades de produção das companhias transnacionais, com a subsequente “guerra” entre regiões e

locais para produção e distribuição de actividades (particularmente com conteúdo de alta tecnologia);

- f) Procura de novas tecnologias por parte de localidades e regiões, a fim de poderem ficar habilitadas a permanecer na vaga inicial do ciclo do produto, de forma a conseguirem o ganho de quotas de mercado através do aumento da produtividade, da criação de novos produtos, e da aplicação de novas tecnologias, uma vez que a redução de taxas de crescimento agregadas têm originado que o desenvolvimento local confie cada vez menos nos mercados em expansão;
- g) Desactualização das políticas tradicionais de desenvolvimento regional e local, e exigência de novas abordagens para estimular o desenvolvimento com ênfase no nível local, devido às exigências colocadas pela inovação e flexibilidade decorrente das condições acima mencionadas.

Em conformidade com o que foi exposto é muito provável que o quadro global seja um quadro em que o darwinismo socioeconómico se irá manter, e em alguns casos agravar. Os efeitos negativos dos processos sociais dissociativos socialmente aceites (v.g. competição económica) e os socialmente inaceitáveis (v.g. dumping), afectarão expressivamente os efeitos positivos dos processos sociais associativos socialmente reconhecidos (v.g. cooperação económica, cooperação a favor da paz e da melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos). Os processos em que predominam os jogos de soma nula²⁹ com características de *trade-off* (quanto mais ganharem uns, mais perdem outros), serão em número elevado e os respectivos efeitos podem mesmo prejudicar também o efeito dos processos em que predominam jogos de soma positiva (situação em que ganham todos os parceiros).

Perante a reduzida margem de manobra imposta pela tenaz estrutural devida aos movimentos tectónicos das tendências pesadas, as iniciativas anti-sistémicas de vocação estruturante estão comprometidas a médio prazo. Os valores pós-materialistas não conseguirão ganhar um número suficiente de adeptos que permita vergar o imperialismo dos valores materialistas.³⁰

²⁹ Por exemplo se uma fábrica se instala num local, esse local ganha (mais postos de trabalho, mais prestígio, mais capacidade negocial, população mais qualificada). Os outros locais onde a fábrica se poderia instalar perdem todos esses benefícios. Neste caso pode-se falar de jogos de soma multinegativa, por comparação com os casos em que perde só um local (jogos de soma uninegativa).

³⁰ De acordo com INGLEHART (1977) são considerados valores materialistas os seguintes: Crescimento económico; Forças Armadas fortes; Manter a ordem; Combater a subida dos preços; Estabilidade da economia; Lutar contra o crime. Nos valores pós-materialistas o autor inclui os seguintes: Maior participação no trabalho e na comunidade; Cidades mais bonitas; Ser ouvido pelo Governo; Liberdade de expressão; As ideias são importantes; Uma sociedade menos impessoal.

Num tal panorama continuar-se-á a excluir primeiro (os sistemas territoriais e pessoas) para os tentar recuperar e incluir depois. Entretanto para minimizar os efeitos nefastos desta situação, as políticas públicas voluntaristas (locais, regionais, nacionais e internacionais) poderão ter de ser reforçadas, enquanto se manterá o grau de aplicação das políticas públicas passivas/adaptativas. Entretanto as políticas públicas corporativas (neo-corporatismo de Estado) poderão também sair reforçadas, privilegiando os interesses de grupos dominantes.

Resumidamente, é muito provável que este quadro global continue marcado pelas tendências pesadas, e pelas tensões dialécticas³¹ que a seguir se enunciam:

⇒ Tendências pesadas:

- Aperfeiçoamento e expansão da tecnologia
- Globalização
- Baixa tendencial da taxa de lucro/Lei dos rendimentos decrescentes
- Competitividade
- Desemprego estrutural
- Urbanização e Metropolização
- Melhoria das acessibilidades
- Agravamento das assimetrias entre os estratos territoriais do topo e os da base
- Novas formas de exclusão de sistemas territoriais (info exclusão)
- Supra-nacionalidade
- Infra-nacionalidade
- Territorialização tipo-lego
- Aumento da escolarização e dos diplomas (sociedade credencial)
- Desintegração espacial e vertical dos processos produtivos
- Integração económica continental e sub-continental
- Inércia dos estabelecimentos humanos

⇒ Tensões dialécticas

- Globalização vs Territorialização (Global vs Culturas locais)
- Equidade vs Eficiência
- Optimização vs Maximização
- Economias de aglomeração vs Deseconomias de aglomeração
- Efeitos de polarização vs Efeitos de dispersão (Polarização vs Atomização)
- Economias de escala vs Deseconomias de escala
- Hierarquia vs Subsidiariedade
- Capitalismo renano vs Capitalismo anglo-saxónico
- Economia produtiva vs Economia de casino
- Crescimento vs Desenvolvimento
- Cooperação vs Competição
- Inovação vs Conservação

³¹ Interacção continuada e regra geral assimétrica entre dois pólos, em que um desses pólos predomina com frequência sobre o outro, e orienta as visões de mando e do mundo da maioria dos agentes sociais, que enfrentam a resistência e a contestação movida pelos agentes que se identificam com o outro pólo.

- Voluntarismo *vs* Pragmatismo
- Processos tipo jogos de soma nula *vs* Processos tipo jogos de soma positiva
- Especialização *vs* Diversificação
- Grande *vs* Pequeno e Médio
- Desterritorialização *vs* Re-territorialização
- Ter *vs* Privação (absoluta e relativa)
- Ser *vs* Alienação
- Amar *vs* Anomia
- Eufórico *vs* Disfórico
- Valores materialistas *vs* Valores pós-materialistas

O percurso que caracterizará a evolução destas tendências e tensões dialécticas nos próximos anos, induzido em grande parte pela actuação de actores económicos e políticos, influenciará o panorama das assimetrias entre territórios, e por conseguinte as condições de vida de um significativo número de seres humanos que habitam em desiguais paisagens socioeconómicas.

CONCLUSÕES

São as seguintes as conclusões decorrentes da análise efectuada sobre a bibliografia seleccionada no que se refere à problemática das assimetrias entre territórios com diferentes dinâmicas socioeconómicas

- Predomínio das vantagens competitivas dos sistemas territoriais regionais onde se combine satisfatoriamente o *hardware*, o *software* e o *firmware*.
- Aprofundamento progressivo de fenómenos como a internacionalização e a transnacionalização, com reflexos no agudizar da competitividade, num mundo em que as empresas se localizarão preferencialmente onde seja possível maximizar ganhos.
- Persistência das vantagens das economias e dos efeitos de aglomeração, e tentativas de minimização das deseconomias de aglomeração.
- Continuação do predomínio dos efeitos de sucção ou polarização, sobre os efeitos de difusão ou dispersão.
- Recuperação parcial e sob novos contornos do paradigma funcionalista, e tentativa de afirmação do paradigma territorialista.

Estas perspectivas apontam para a manutenção, mesmo a longo prazo, das assimetrias inter (e intra) territoriais, nomeadamente de âmbito regional. O aprofundamento da informação sobre esta temática (a nível nacional e ao nível da União Europeia), é portanto uma linha de investigação a privilegiar.

BIBLIOGRAFIA

Citada

ALBERT, Michel (1992), *Capitalismo contra Capitalismo*, Lisboa, Livros do Brasil

ALMEIDA, Miguel Vale (1997), “Os pequeno-portugueses”, in *Visão*, nº 221, 12 de Junho, p. 98

ALVES, Clara Ferreira (1996), “Dor de alma” in *Expresso* (Caderno), nº 1249, de 5/10

ALVES, Alberto Ferreira (1996), “Alentejanos uni-vos”, in *Diário do Sul*, ano XXVIII, nº 6703, de 17/12

AMARAL, Luciano (1994), "Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973), in *Análise Social*, nº 128, pp. 889-906

AMARO, Rogério Roque et al. (s.d.), *Iniciativas de desenvolvimento local: caracterização de alguns exemplos*, Lisboa, ISCTE/IEFP, 19 pp. (policopiado)

AMARO, Rogério Roque (1990), “O «puzzle» territorial dos anos 90 -uma territorialidade flexível (e uma nova base para as relações entre nações e regiões), in *Vértice*, nº 33, pp. 39-48

AMARO, Rogério Roque (1991), “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”, in *SOCIOLOGIA - Problemas e Práticas*, nº 10, pp. 161-182

AMARO, Rogério Roque et al. (1996), “O desenvolvimento local -um caminho para a Sociedade Providência?” in *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, pp. 221-233

AROCENA, José (1986), *Le developpement par l'initiative locale*, Paris, Éditions L'Harmattan

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1994), "A agricultura e a questão da terra -do Estado Novo" in *Análise Social*, nº 128, pp. 907-921

BECATINI, Giacomo (1994), “O distrito marshalliano”, in BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs), *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Oeiras, Celta, pp. 19-31

BENKO, Georges B. (1993), “Desenvolvimento regional e indústria de alta-tecnologia: um estudo das dinâmicas locativas”, in *Finisterra*, vol. XXVIII, nº 55-56, pp. 73-100

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (1994), “Das redes de distritos aos distritos de redes”, in BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs), *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Oeiras, Celta, pp. 247-253

- BRANQUINHO, F. Mira (1995) Entrevista concedida ao *Notícias do Alentejo*, Ano I, nº 13, 3 de Agosto
- CAETANO, José M.; LEIRÃO, António (1990), “Que futuro para o Alentejo face à nova fase da integração europeia?”, *IV Congresso sobre o Alentejo*, 8 pp. (policopiado)
- CANCELA d'ABREU, Alexandre O. (1989) *Caracterização do sistema biofísico com vista ao Ordenamento do Território*, Évora, Universidade de Évora
- CARVALHO, José Mexia C. (1996), “Missão impossível?” in *O Independente*, ano IX, nº 441 de 25 de Outubro
- CARVALHO, Leonardo F. (1997), “Se não está confuso...”, in *O Independente*, ano IX, nº 466, de 18/4
- CASTELLS, Manuel (1975), *Sociologie de l'espace industriel*, Paris, Anthropos
- CASTELLS, Manuel (1985), “Mudança tecnológica, reestruturação económica e a nova divisão espacial do trabalho”, in *Sociedade e Território*, Ano I, nº 3, Jul., pp. 112-121
- CCE (1992), *Evaluation of the Effects of the EC Framework Programme for Research and Technological Development and Economic and Social Cohesion in the Community*, (Relatório da Comissão da Comunidade Económica Europeia, nº 48), Luxemburgo, OPEC
- CCE (1994), *Livro Verde sobre a Política Social Europeia -Opções para a União*, Bruxelas, CECA; CEE; CEEA
- CE (1994), *Competitividade e coesão: tendências verificadas nas regiões*, Bruxelas, CECA; CEE; CEEA
- CE (1996), *Premier Rapport sur la Cohésion* (Edition préliminaire), Bruxelas, CECA; CEE; CEEA
- COURLET, Claude; PECQUEUR, Bernard (1994), “Os sistemas industriais locais em França” in BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs), *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Oeiras, Celta, pp. 49-62
- COVAS, António (1997), *Texto de apoio nº 4 à dissertação «Alentejo 2010 ...»*, 3 pp.
- CUADRADO-ROURA, Juan R. (1995), “Crecimiento Regional y Competitividad Territorial”, *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, 27-29 de Abril, (policopiado), 24 pp.
- DANIELS, P. W. (1994), “Serviços às empresas e desenvolvimento económico”, in PINDER, David (organiz.), *Europa Ocidental: desafios e mudanças*, Oeiras, Celta Editora, pp. 141-16
- DUPUY, Claude; GILLY, Jean-Pierre (1994), “Las estrategias espaciales de los grandes grupos industriales: el territorio entre lo local y lo global”, in *Territórios de Europa: el desarrollo regional en el contexto de la integración Europea* (vol. III), Valladolid, Junta de Castilla y León/CEDRE, pp. 203-217

ETXEARRIA, G. (1990), *La desestructuración del espacio económico vasco. La crisis actual de la economía vasca y su inserción en el marco europeo* (tesis doctoral), Sevilla, U.P.V.

FERNANDES, (1989), *Portugal face à política regional da Comunidade Europeia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

FERRÃO, João (1991) “Terciarização e território: emergência de novas configurações espaciais?”, in *Análise Social*, nº 114, pp. 829-845

FERRÃO, João (1995), “Colectividades territoriais e globalização: contributos para uma nova acção estratégica de emancipação” in *INFORGEO*, nº 9-10, pp. 65-75

FONSECA, Helder A. T. Dias (1992), *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista* (tese de doutoramento), Évora, Universidade de Évora

FREAZA, Iza de Salles (1994), “Governo de empresários impõe milagre económico do Ceará” in *Expresso*, nº 1114, de 5/3

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc (1991), *Macro-economic and Sectorial Analysis of Future Employment and Training Perspectives in the New Information Technologies in the European Community: Synthesis Report* (Estudo realizado pela Comissão da CEE, apresentado em Bruxelas, na Conferência de 17-18 de Outubro de 1991

FURTADO, Celso (1971), *Teoria e Política do Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Dom Quixote

GAROFOLI, Giocchino (1994), “Os sistemas de pequenas empresas” in BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain (orgs), *As regiões ganhadoras. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia económica*, Oeiras, Celta, pp. 33-47

GASPAR, Jorge (1987), *PORTUGAL - OS PRÓXIMOS 20 ANOS: vol. I (A Ocupação e a Organização do Território - Análise retrospectiva e tendências evolutivas)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

GEORGE, Pierre (1993), *O Homem na Terra*, Lisboa, Edições 70

GILPIN, Alan (1980), *Dicionário de termos do ambiente*, Lisboa, Dom Quixote.

GÓMEZ URANGA, Mikel (1992), “El mercado único frente a las desigualdades regionales” in *Estudios Regionales*, nº 32, pp. 187-211

GRANRUT, Claude du (1996), *Europe: le temps des régions*, Paris, Librairie Générale de Droit e de Jurisprudence

ILLERIS, Sven (1991), “Urban and regional development in Western Europe: a scenario and an inductive theory”, in *Finisterra*, vol. XXVI, nº 52, pp. 229-268

KAMPEN, Martin (1986), "La transformation des relations entre espace e communication", in AAVV, *La theorie de l'espace humain*, Genève, UNESCO

- KOTLER, Philip et al (1993), *Marketing Places: Attracting Investment, Industry and Tourism to Cities, States and Nations*, Free Press/MacMillan
- LAINS, Pedro (1994), “O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990” in *Análise Social*, nº 128, pp. 923-958
- LOPES, A Simões (1995), “Estudos Regionais e Territoriais: Passado, presente e futuro da investigação em Portugal”, *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, 27-29 de Abril, policopiado, 15 pp.
- LOURENÇO, Eduardo (1993), “Uma certa ideia de Europa”, in *Expresso*, nº 1065, de 27 de Março (entrevista realizada por Clara Ferreira Alves)
- LUGAN, J. C., (1983), *La petite ville au présent et au futur*, Paris, Editions du CNRS
- MARQUES, Carlos A. F. (1994), “As Famílias do Alentejo e o desenvolvimento da Região” in *Economia e Sociologia*, nº 57, pp. 193-204
- MARTINS, Édio Luis S. (1995), *Ensino, formação e desenvolvimento local e regional - o caso de Beja* (tese de mestrado), Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras
- MATOSO, José (1985), “A Idade Média: Linhas fundamentais da estrutura e da evolução económica, social e cultural”, in FERREIRA, Maria Emília Cordeiro (coord.) (1985), *Reflexões sobre a História e Cultura Portuguesa*, Lisboa, I.P.E.D., pp. 13-22
- MELO, Alberto (1996), “O local como polo de resistência ao totalitarismo economicista (ou da necessidade de uma nova economia política)”, *Dinamismos sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva*, Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, pp. 591-610
- MENDES, José L. Ferreira (1990), *Reflexões sobre a sessão de abertura do 1º curso de pós-graduação em ordenamento do território e planeamento ambiental na perspectiva das Comunidades Europeias* (ano lectivo de 1990-1991), Monte da Caparica, FC&T/UNL, mimeografia, 12 pp.
- MENDES, José L. Ferreira (1991), *Sessão de abertura do 2º curso de pós-graduação em ordenamento do território e planeamento ambiental na perspectiva das Comunidades Europeias*, Monte da Caparica, FC&T/UNL, mimeografia, 16 pp.
- MENDES, José L. Ferreira (coord.) (1994), *Metodologia e planeamento das decisões de ordenamento turístico*, (Projecto 1), Monte da Caparica, GOT - FC&T/UNL
- MENDES, José Manuel; ESTANQUE, Elísio (1997), *Classes Sociais e Trajectórias de Classe em Portugal*, Lisboa, JNICT
- MUEGGE, Herman; STÖHR, W. B. (1987), *International Economic Restructuring and the Regional Community*, Aldershot, Gower
- NETO, Paulo (1994), *As políticas comunitárias e a internacionalização de cidades e regiões no quadro da nova Europa*, Évora, Universidade de Évora

- NEVES, João L. César (1993), "Dos motores do desenvolvimento", in *Estudos de Economia*, vol. XIV, nº 1, Out.-Dez., pp. 83-107
- O'HEARN, Denis (1994), "A concorrência global, a Europa e o carácter periférico da Irlanda", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 41, Dez., pp. 129-165
- OLIVEIRA, Luísa (1996), "Desenvolvimento, competitividade e emprego: das 'velhas' às 'novas' potencialidades", in Luísa OLIVEIRA e Raul LOPES (coords), *Estudo socioeconómico da Marinha Grande e Área Envolvente*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional
- PECQUEUR, Bernard (1987), *De l'espace fonctionnel a l'espace territoire: Essai sur le développement local*, Grenoble, Université des Sciences de Grenoble
- PÉREZ YRUELA, Manuel; GIMÉNEZ GUERRERO, M^a del Mar (s.d.), "Desarrollo Local y Desarrollo Rural: Consideraciones Teóricas", in AAVV, *O Desenvolvimento Local é Possível?*, s.l., SPER, pp. 44-86
- PORTER, Michael (1996), *Creating Tomorrow's Advantage*, Londres, Nicholas Brealey
- QUEVIT, Michel; VAN DOREN, Pascale (1995), "Dynamiques urbaines et milieux innovateurs: le cas de Charleroi", *Colloque GREMI: Les dynamiques urbaines et milieux inovateurs*, Évora, 55 pp. (policopiado)
- RAMOS, João (1996), "Livro verde da EU discute inovação" in *Expresso*, nº 1218, de 2/3/1996
- REIS, José (s.d.), "O Desenvolvimento local é possível", in AAVV, *O Desenvolvimento Local é Possível?*, s.l., SPER, pp. 3-14
- ROMUS, Paul (1979), *l'Europe et les Régions* Bruxelas, Éditions Labor
- ROSAS, Fernando (1994), "Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária", in *Análise Social*, nº 128, pp. 871-887
- SANTOS, António Costa (1997), "Seres ou não seres", in *Expresso*, nº 1286, de 21/6
- SANTOS, Boaventura Sousa (1995), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, 4^a ed., Porto, Edições Afrontamento (1^a ed.: 1994)
- SERRÃO, Amílcar (1995), "Estratégias de desenvolvimento para a Região Alentejana", in *Economia e Sociologia*, nº 59, pp. 73-91
- SMITH, Alasdair; VENABLES, Anthony (1988), *The Costs of Non-Europe: an Assessment Based of a Formal Model of Imperfect Competition and Economies of Scale*, (Economic Papers, nº 70), Bruxelas, CCE
- STÖHR, W. B.; TAYLOR, D. R. (1981), *Development from above or below? The dialectics of regional in developing countries*, New York, John Wiley & Sons

STÖHR, W. B. (1985), "Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies", in MUSTO, S. A.; PINKELE, C. F. (eds), *Europe at the Crossroads - Agendas of the Crisis*, New York, Praeger

THWAITES, Alfred (1978), "Technical change, mobile plants and regional development", in *Regional Studies*, n° 12, pp. 445-461

THWAITES, Alfred T.; ALDERMAN, Neil (1994), "Mudança tecnológica e desenvolvimento regional", in PINDER, David (organiz.), *Europa Ocidental: desafios e mudanças*, Oeiras, Celta Editora, pp. 119-140

UHRICHE, René (1985), *Pour une nouvelle politique de développement régional en Europe*, 2ª ed., Paris, Economica

VALENTE, Vasco P. (1996), "Os eurocépticos", in *O Independente*, ano IX, n° 442, de 31 de Outubro

VERNON, R. (1966), "International Investment and international trade in the product cycle", in *Quarterly Journal of Economy*, n° 80, pp. 190-207

VILELA, João (1995), *Construir Portugal (Algumas reflexões)*, Lisboa, E.G.

WALLERSTEIN, Immanuel (1984), "The Three Instances of Hegemony in the History of the Capitalism World-Economy", in LENSKI, Gerhardt (ed.), *Current Issues and Research in Macrossociology*, Leiden, E. J. Brill, pp. 100-108

WILLIAMS, Allan A. (1991), *A Comunidade Europeia: As contradições do Processo de Integração*, Oeiras, Celta Editora

WISE, M.; CHALKLEY, B. (1994), "Desemprego: a derrota das políticas regionais?" in PINDER, David (organiz.), *Europa Ocidental: desafios e mudanças*, Oeiras, Celta Editora, pp. 235-255

ZAMORA, Juan Clemente (s.d.), *O Processo Histórico*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Renascença (1ª ed.: 1938)

Consultada

ALGER, Chadwick F. (1988), "Le local et le mondial: comment percevoir, analyser et assumer leurs interconnexions?" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, n° 117, Ag., pp. 359-380

ALVES, Manuel Brandão (1996), "Das causas da riqueza das regiões", in *Expresso*, n° 1252, de 26/10

AYDALOT, Philippe (1985), *Economie Régionale et Urbaine*, Paris, Economica

BAILLY, A. S. et al. (1983), "Des nouvelles perspectives en analyse spatiale" in PAELINCK, Jean H. P.; SALLEZ, Alain, *Espace et Localisation*, Paris, Economica

BERGER, Roland (1994), "Roland Beger ataca Porter - A teoria dos clusters não funciona" (entrevista concedida por R. Berger a Cristina Silva), in *Exame*, ano 6, nº 72, Dezembro, pp. 131-133

BOUDEVILLE, J. (1969), *Aménagement du Territoire et Polarisation*, Paris, Mouton

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. (1987), *Geografia Humana -teorias e suas aplicações*, Lisboa, Gradiva-Publicações, Lda

BRANCO, Manuel (1994), "Estrategia de lucha contra la desertizacion humana e economica de la region del Alentejo" in *Territorios de Europa: Estrategias Regionales para el Mundo Rural*, (vol. II), Junta de Castilla/CEDRE, pp. 71-83

CAPPELIN, Riccardo (1991), "Patterns and policies of regional economic development and the cohesion among the regions of the European Community", in *Finisterra*, vol. XXVI, nº 52, pp. 269-324

CASTRO, Eduardo; PIRES, Artur R. (1990), "Divisão Internacional do Trabalho e Dinâmica de Desenvolvimento Regional: Perspectivas para os anos 90", *I Encontro da APDR*, (Aveiro, 10-12 de Maio), 10 pp., policopiado

CATIN, Maurice (1991), "Economies d'agglomeration et gains de productivité", in *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, nº 5, pp. 565-598

COVAS, António (1991), "O princípio de subsidiaridade na Comunidade Europeia" in *Economia e Sociologia*, nº 52, pp. 21-42

COVAS, António (1995), "União Europeia, Estado Nacional e Colectividades Territoriais: que política de desenvolvimento regional?" *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, 27-29 de Abril, (policopiado), 21 pp.

CUADRADO-ROURA, Juan R. (1995), "Crecimiento Regional y Competitividad Territorial", *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, 27-29 de Abril, policopiado, 24 pp.

DEMATTEIS, Giuseppe (1994), "Possibilità e limite dello sviluppo locale" in *Sviluppo Locale*, Ano I, nº 1, Setembro, pp. 10-30

DRUCKER, Peter F. (1993), *Sociedade Pós-Capitalista*, Lisboa, Difusão Cultural

DUNFORD, Mick (1994), "Competencia, desigualdad del desarrollo y el nuevo orden interregional", in *Territórios de Europa: el desarrollo regional en el contexto de la integracion Europea* (vol. III), Valladolid, Junta de Castilla y León/CEDRE, pp. 17-41

FEIO, Mariano (1996), "Que futuro para a agricultura de sequeiro do Alentejo. Em especial para os cereais", *Diário do Alentejo*, II Série, ano LXV, nº 757 de 25/10

FEIO, Mariano (1996), "O regadio do sul do país não é competitivo numa economia mundial liberalizada", *Diário do Sul*, ano XXVIII, nº 6698, de 26/11

FREEMAN, J.; DOUGLASS, M. (1978), "Agropolitan Development: Towards a New Strategy for Regional Planning in Asia" in LO, F. e SALIH, K., (eds), *Growth Pole Strategy and Regional Development Policy*, Oxford, Pergamon Press

GIRÃO, A. de Amorim (1941), *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Editora

GUIGOU, J. (1983), "Cooperation Intercommunale et Développement par la Base", in PLANQUE, B. (ed), *Le développement décentralisé*, Paris, LITEC

HETTNE, Bjorn; FRIBERG, Mats (1988), "La mobilisation au niveau local et la politique du système mondial" in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 117, Ag., pp. 381-402

HILHORST, J. (1967), *Regional Development Theory: an Attempt to Synthesis*, Paris, Mouton

HIRSCHMAN, A. (1958), *The Strategy of Economics Development*, New Haven, Yale Press University

LECOQ, Bruno (1985), "Organization industrielle, organization territoriale: Une approche intégrée fondée sur le concept de reseau", in *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, nº 3/4, pp. 321-341

MAILLAT, Denis (1995), "Systemes Territoriaux de Production, Millieux Innovateurs et Politiques Régionales", *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, 27-29 de Abril, (policopiado), 21 pp.

MANDEL, Ernest (1975), *Tratado de Economia Marxista*, Lisboa, Edições Delfos

MARTINS, Édio Luís S. Soares (1995), *Ensino, formação profissional e desenvolvimento local e regional -o caso de Beja*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa

MAYER, Jean (1987), "Espaço, emprego e desenvolvimento: Reflexões sobre uma dimensão regional das políticas de emprego", in *Planeamento*, vol.1, nº 2, pp. 83-111

MENDES, José Luis Ferreira (1981), "Integração dos factores ecológicos no planeamento do desenvolvimento económico", in *Análise Social*, vol. XVII, nº 65, pp. 105-131

MURTEIRA, Mário (1978), *Desenvolvimento Económico e Comércio Internacional*, Lisboa, Moraes Editores

MURTEIRA, Mário (1990), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença (1ª ed.: 1983)

MURTEIRA, Mário (1993), *A Economia em Vinte e Quatro Lições - Uma iniciação para Gestores*, Lisboa, Editorial Presença

MURTEIRA, António et al (1996), *Caracterização da base económica e da situação social no Alentejo*, Évora, AMDB/AMDE/AMLA/AMNA

- MYRDAL, G. (1957), *Economic Theory and Underserved Regions*, London, Methuen
- RODRIGUES, Jorge Nascimento (1994) “A grande ‘guerra’ dos locais”, in *Expresso*, nº 1016, de 8/1
- NASCIMENTO, Jorge Nascimento (1996), “O regresso ao intangível segundo Freeman”, in *Expresso* (caderno XXI), nº 1247, 21/9
- NERFIN, M. (1977), *Another Development: Approaches and Strategies*, Uppsala, Dag Hammarskjöld Foundation
- NETO, Paulo Alexandre N. M. (1994), *As políticas comunitárias e a internacionalização de cidades e regiões no quadro da nova Europa*, Évora, Universidade de Évora
- NEVES, João L. César (1994), "O crescimento económico português no pós-guerra" in *Análise Social*, nº 128, pp. 1005-1034
- O’HEARN, Denis (1994), “A concorrência global, a Europa e o carácter periférico da Irlanda”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 41, Dez., pp. 129-165
- OMAHE, Kenichi (1995) "A ascensão das Regiões", in *Executive Digest*, ano 1, nº 12, Out., pp. 56-60
- OHMAE, Kenichi (1996), *O fim do Estado-Nação: A ascensão das economias regionais*, Rio de Janeiro, Editora Campus
- PAELINCK, J. H. P. (1987), “Caminhos do desenvolvimento europeu”, in *Planeamento*, vol. 9, nº 2/3, pp. 13-22
- PERROUX, F. (1955), “Note sur la notion de pole de croissance”, in PERROUX, F., *L’Economie du XXème siècle*, Paris, PUF
- PLANQUE, Bernard (1991), “note sur la notion de reseaux d’innovation”, in *Revue d’Économie Régional et Urbaine*, nº 3/4, pp. 295-320
- REGO, Conceição; ZORRINHO, Carlos (1991), “Informação: instrumento de desenvolvimento regional”, in *Economia e Sociologia*, nº 52, pp. 103-108
- REIFFERS, Jean-Louis (1982), *Las empresas transnacionales y el desarrollo endógeno*, Madrid, Tecnos/Unesco
- RODRIGUES, Jorge Nascimento (1994), “A nova geografia dos clusters”, in *Expresso*, nº 1150 de 12/11
- ROMUS, Paul (1979), *L’Europe et les Régions*, Bruxelas, Éditions Labor
- SALVADOR, Regina; OLIVEIRA, José Chambel (1994), “Política económica e desequilíbrios regionais” in Raquel Soeiro de Brito (dir), *Portugal: Perfil geográfico*, Lisboa, Editorial Estampa

- SANTOS, José de Freitas; RIBEIRO, J. Cadima (1994), “Factores de localização do investimento directo na Península Ibérica” in *Cadernos de Economia*, Out-Dez., pp. 11-17
- SILVA, Mário Rui (1995), “Eficiência Estática e Dinâmica no Modelo do Distrito Industrial”, *III Encontro Nacional da APDR*, Porto, 27-29 de Abril, policopiado, 20 pp.
- STÖHR, Walter B. (1986), “Territorial Innovation Complexes” in AYDALOT, P., *Milieux innovateurs en Europe*, Paris, GREMI, pp. 29-54
- STÖHR, Walter B. (1987) “Le développement économique régional et la crise économique mondiale”, in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 112, Maio, pp. 209-256
- TEULON, Frederic (1994), *Crescimento, crises e desenvolvimento*, Lisboa, Dom Quixote
- TINBERGEN, J. (1954), *Centralisation and Decentralisation in Economic Policy*, Amsterdam, N.H.P.C.
- UHRICH, René (1985), *Pour une politique de développement régional en Europe*, 2^a ed., Paris, Economica
- VALE, Mário (1991), “Pequenas empresas e desenvolvimento territorial: estruturas produtivas, medidas de apoio à indústria e intervenção dos municípios”, in *Finisterra*, vol. XXVI, nº 52, pp. 361-395
- VALE, Mário (1995), “Perspectivas teóricas recentes no estudo da organização da produção e do território”, in *Inforgeo*, nº 9-10, pp. 107-116
- VASCONCELOS, Leite de Vasconcelos - Opusculos, Tomo V, p. 56)
- WEAVER, C. (1980), *The limits of Economism: Towards a political approach to regional development and planning*, Londres, British Science Association